

PROCESSO Nº  
-06/13-

REG. PROC. Nº  
-06-

FOLHA Nº  
-02v-

FL. 1



## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUT. LEI N: 05/13

### AUTOS DE

PROJETO DE LEI Nº 02/13.

Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débito para  
com a Fazenda Pública do Município de Leme.

Autor: de \_\_\_\_\_ Prefeito Municipal.

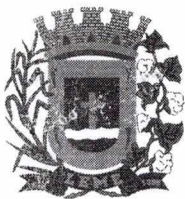
Com emendas

### AUTUAÇÃO

Aos 18 (dezoito) dias do mês de janeiro de 2013.  
autuo o Proj. de Lei nº 02/13 e of. nº 01/13 em frente.

Eu, \_\_\_\_\_

,subscrevi



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M.LEME	
Pr 06/13	Fis 02
mg	

Ofício nº 001/13 – GP/SNJ

Leme, 16 de janeiro de 2.013.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot.N. 37	L. Nº 31	Fis. 175
Recebido em 18/01/2013		
FUNCIONÁRIO		

Excelentíssimo Senhor

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o **Projeto de Lei** que, '*Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme*', para que seja regularmente processado por esta C. Câmara, em **REGIME DE URGENCIA ESPECIAL**.

A pertinência do regime solicitado, reside na necessidade de adequações administrativas voltadas a incrementar e estimular os mecanismos de recuperação de créditos considerados de baixa recuperabilidade pelo Município, já que, em 2009, o Tribunal de Contas vem assinalando a necessidade de criar mecanismos de recuperação de créditos tributários pelo Município.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e aos Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

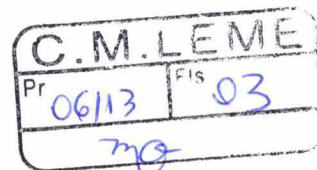
  
**SÉRGIO LUIZ DELLAI**  
Prefeito do Município de Leme

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**OSVAIR ANTUNES DA SILVA**  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município  
Leme – SP





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



PROJETO DE LEI nº 02 /2013.

*Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme.*

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1º**- Fica instituído o “Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme”, em conformidade com o disposto nesta lei.

**Artigo 2º**- Os débitos fiscais de qualquer natureza, exceto as multas administrativas (AIIIM), inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, parcelados ou não, cujos lançamentos tenham ocorridos até o dia 31 de dezembro de 2011 poderão ser objeto do referido Programa.

**Parágrafo Único:** O Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças e ouvido a Procuradoria Jurídica do Município, sempre que necessário.

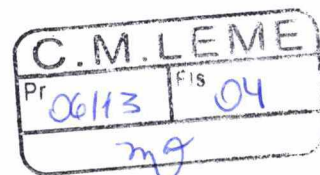
**Artigo 3º**- O ingresso no Parcelamento Incentivado da presente lei dar-se-á por opção do contribuinte ou responsável pelo crédito municipal, consolidados por inscrição no Município, de modo que sobre os mesmos incidirão a atualização monetária para pagamento, conforme abaixo:

I – com 100% (cem por cento) de desconto sobre os juros e multas, quando tratar-se de pagamento à vista;

II – com 70% (setenta por cento) de desconto sobre os juros e multas, quando tratar-se de pagamento em 2 (duas) parcelas fixas e mensais, vencendo-se a primeira no ato da concessão;



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**III** – com 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre os juros e multas, quando tratar-se de pagamento em 3 (três) parcelas fixas e mensais, vencendo-se a primeira no ato da concessão;

**Parágrafo Único** O valor da parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais)

**Artigo 4º-** Para os débitos ajuizados, as custas processuais e os honorários deverão ser pagos integralmente no ato da concessão do parcelamento.

**Artigo 5º-** Na formalização do pedido do ingresso no Programa Temporário de Parcelamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Municipal – PTPI, os débitos tributários nele incluídos, condiciona à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas, recursos apresentados na senda administrativa.

**Artigo 6º-** O contribuinte que tiver sua inclusão no Programa, previsto nesta Lei, concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo de parcelamento a que se obrigou, obedecendo ao estabelecido no artigo 792 do Código de Processo Civil.

**Artigo 7º-** Os depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo somente poderão ser levantados pelo autor da demanda para pagamento do débito.

**Artigo 8º-** A inadimplência do pagamento da primeira parcela, implica em exclusão imediata do contribuinte ou responsável do Programa, independente de notificação.

**Artigo 9º-** A exclusão do contribuinte do PTPI implicará em imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e não pago, aplicando-se os acréscimos legais vigentes à época dos respectivos fatos geradores, bem como ao imediato prosseguimento da cobrança administrativa judicial.

**Artigo 10-** O ingresso no PTPI impõe ao contribuinte/responsável a aceitação plena e irretratável da dívida relativa aos débitos nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único do Código Tributário Nacional.

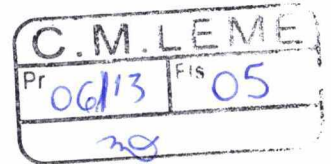
**Artigo 11-** O Programa Temporário de Parcelamento Incentivado não configura novação previsto no artigo 360, inciso I do Código Civil.

**Artigo 12-** A fruição dos benefícios contemplados por esta lei não confere direito à restituição ou compensação de importância paga a qualquer título.





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**Artigo 13-** O prazo para adesão ao PTPI – Programa Temporário de Parcelamento Incentivado será de 90 dias, a contar da publicação desta lei, podendo ser prorrogado através de Decreto do Executivo.

**Artigo 14-** O contribuinte que possuir crédito líquido e certo contra o Município poderá no momento da consolidação dos seus débitos junto ao PTPI, requerer compensação, de forma a permanecer no programa, apenas saldo remanescente, quando houver.

**Parágrafo Único** – O contribuinte que pretender utilizar-se da compensação referida no caput deste artigo deverá apresentar juntamente com o requerimento, a relação dos créditos que possui contra o Município.

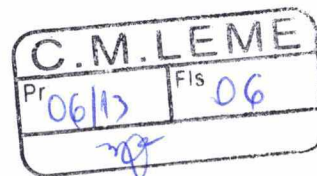
**Artigo 15** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leme, 16 de janeiro de 2.013.

  
**Sérgio Luiz Dellai**  
**Prefeito do Município de Leme**



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**



**JUSTIFICATIVAS**

Considerando o início de mandato da administração pública para os anos de 2009/2012;

Considerando a necessidade de se incrementar os mecanismos de recuperação de créditos considerados de baixa recuperabilidade pelo Município;

Considerando o alto custo para o Município de uma execução fiscal para a cobrança de seus créditos tributários;

Considerando que já no ano de 2009 o Tribunal de Contas recomendou que se incrementassem os mecanismos de recuperação de créditos tributários pelo Município;

Considerando que todo titular de Poder deve pautar suas decisões no princípio da primazia do interesse público;

Considerando que em atendimento ao art. 14, § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal foi realizado o estudo do Impacto Financeiro da concessão dos incentivos fiscais a que se refere o presente Projeto de Lei;

Frente ao acima exposto e, CONSIDERANDO finalmente, os resultados positivos da instituição de Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme nos anos de 2010 e 2011 pelas Leis Complementares nºs 562, de 24 de dezembro de 2009 e 594, de 23 de março de 2011, respectivamente, é que submeto esta proposta aos Senhores Edis, para que uma vez discutido, seja apreciado e aprovado por esta Respeitável casa Legislativa.

Leme, 16 de janeiro de 2.013.

  
**Sérgio Luiz Dellai**  
**Prefeito do Município de Leme**



# REGISTRO

Registrado sob o nº de ordem 06/13

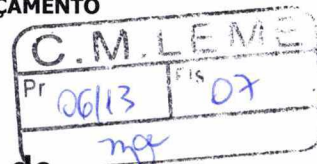
fls 021, do Registro de Processo nº 06

Leme, 18 de junho de 20 13

Funcionário [assinatura]



**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**  
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



**Estimativa de Impacto Financeiro para Concessão de Incentivos**

**Atendimento ao art.14, §1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal**

**“DISPÕE SOBRE O PROGRAMA TEMPORÁRIO DE PAGAMENTO INCENTIVADO DE DÉBITOS PARA COM A FAZENDA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE LEME.”**

Estudo com o intuito de estimar o Impacto Financeiro da concessão de incentivos fiscais, através da anistia que representa renúncia da receita. A concessão da anistia implica no perdão de valores significativos que deixam de ingressar nos cofres públicos municipais, no caso em referência multas e juros. Mas por questões políticas e econômicas vê a necessidade no momento para concessão deste incentivo fiscal, na expectativa de recuperar créditos considerados de difícil recuperabilidade pelo Município.

Incentivo também, para recuperar débitos de pequeno valor, já que o custo de uma execução fiscal seria superior ao valor do crédito tributário.

Desta forma, o contribuinte devedor aproveita o desconto concedido para quitar suas obrigações junto ao fisco, e o município tem um efeito positivo no montante global da Dívida Ativa.

Leme, 16 de Janeiro de 2013.

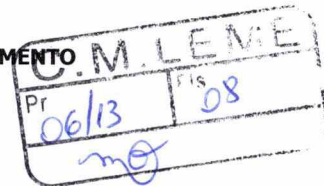
  
**SÉRGIO LUIZ DELLAI**  
**Prefeito do Município de Leme**





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS – NÚCLEO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO



Receita da Dívida Ativa Arrecadada no exercício de 2012	R\$	3.230.807,89
Valor de Juros e Multas Arrecadados no exercício de 2012	R\$	388.746,91
Estimativa de redução de valor pertinente a juros e multas da Dívida Ativa de Débitos inscritos até 31/12/2012.		
Valor da Dívida Ativa em 31/12/2012	R\$	75.650.970,63
Valor de Multas e Juros Dívida Ativa	R\$	16.649.096,49
Hipótese de Adesão		10%
Montante global das multas e juros da Dívida Ativa	R\$	16.649.096,49
Estimativa de Renúncia	R\$	1.664.909,65
Estimativa de renúncia de receita no exercício vigente e nos dois seguintes		
Estimativa de arrecadação de juros e multas para 2013	R\$	246.500,00
Estimativa de arrecadação de juros e multas para 2013 com adesão a anistia	R\$	166.490,96
Estimativa de Renúncia da Receita em 2013	R\$	80.009,04
Estimativa de arrecadação de juros e multas para 2014 (*)	R\$	260.870,95
Estimativa de arrecadação de juros e multas para 2015 (*)	R\$	276.079,73
(*) Para calcular a estimativa de arrecadação de juros e multas dos exercícios de 2014 e 2015 foi utilizado o índice do IPCA acumulado de 2012 (5,83%).		

Leme, 16 de Janeiro de 2013.

  
**SÉRGIO LUIZ DELLAI**  
Prefeito do Município de Leme

A Assessoria Legislativa  
para parecer em 18.01.13

---

PRESIDENTE





# CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 06/13	15 09
mg	

Ao Expediente

04 / 02 / 2013

PRESIDENTE

(3) Comissão(ões) de:

C.J.F.



C.F.C.



O.S.P.



E.E.C.L.T.



P.U.O.P.S.



Em 04 / 2 / 13

## VISTA

Em 04 de Janeiro de 2013

Com vista C.J.R.

Funcionário

## JUNTADA

Em 12 de Janeiro de 2013

raço juntada a estes autos do parecer da Assessoria Legislativa

Funcionário





## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 06/13	Fis 10
29	

### PROJETO DE LEI N.º 02/13

**EMENTA:** Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débito para com a Fazenda Pública do Município de Leme.

**AUTORIA:** Prefeito Municipal.

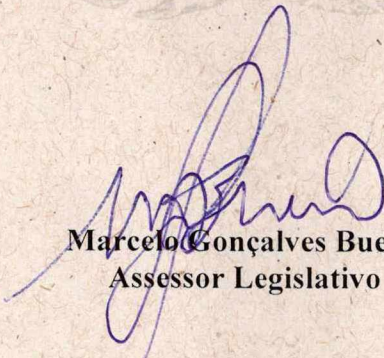
### PARECER DA ASSESSORIA LEGISLATIVA

Senhor Presidente.

O presente Projeto de Lei está bem redigido e instruído, estando em condições de tramitar pela Casa.

S.M.J. era o que tínhamos a opinar.

Sala da Assessoria Legislativa "Dr. Waldir José Baccarin",  
em 18 de janeiro de 2013.

  
Marcelo Gonçalves Bueno  
Assessor Legislativo



## JUNTADA

Em 28 de janeiro de 2012

raço juntada a estes autos do of...

08/13- Execução e da Emenda

Substitutiva nº 01

Funcionário mq





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

Ofício nº 08/13 – GP/SNJ

C.M. LEME	
Pr 06/13	Fis 11
mg	

Leme, 22 de janeiro de 2.013.

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot. N. 52	L. N.º 31	Fis. 176
Recebido em 28/01/2013		
mg		
FUNCIONÁRIO		

Excelentíssimo Senhor

Tem o presente a finalidade especial de encaminhar a Vossa Excelência, para que seja apreciada juntamente com o **Projeto de Lei nº 02/2013**, que **"Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme"**, de autoria do Executivo Municipal, a anexa **Emenda Substitutiva**, cuja emenda busca corrigir a redação do referido artigo e , assim, estender o programa temporário de pagamento incentivado de débitos para com a Fazenda Pública, incrementando mecanismos de recuperação de créditos na Gestão Administrativa 2013/2016, considerados de baixa recuperabilidade.

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e aos Nobres Pares, os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

  
**SÉRGIO LUIZ DELLAI**  
Prefeito do Município de Leme

Ao  
Excelentíssimo Senhor  
**OSVAIR ANTUNES DA SILVA**  
DD. Presidente da Câmara de Vereadores do Município  
Leme – SP





**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

C.M. LEME	
Pr 06/13	Fis 12
mg	

**PROJETO DE LEI Nº 02/2013.**

**Ementa:** *Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme.*

**Autoria:** Prefeito Municipal

**EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01**

Substitua-se no Artigo 2º do projeto de Lei em questão a expressão "**dezembro de 2011**" pela expressão "**dezembro de 2012**".

Leme, 22 de janeiro de 2.013.

  
**Sérgio Luiz Dellai**  
**Prefeito do Município de Leme**

JUNTADA

Em 05 de fevereiro de 2013

Faço juntada a estes autos do

parecer

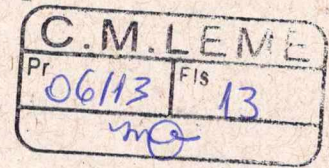
Funcionário no





## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



**PROJETO DE LEI N.º 02/13**

**EMENTA:** Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débito para com a Fazenda Pública do Município de Leme.

**AUTORIA:** Prefeito Municipal

### PARECER CONJUNTO

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

As Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira e, com fundamento no artigo 104 do Regimento Interno desta Casa de Leis, analisando detidamente o presente Projeto de Lei, apresentam o relatório conjunto, que também é o voto de seus membros, bem como, o parecer:

1-) Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Prefeito Municipal, o qual institui programa temporário de pagamento incentivado de débito para com a Fazenda Pública Municipal.

2-) O Projeto ora analisado encontra-se devidamente justificado pelo Poder Executivo, pois, incrementar os mecanismos de recuperação de crédito considerados de baixa recuperabilidade pelo Município, dando ao contribuinte a possibilidade e incentivo de saldar suas dívidas junto a Municipalidade.

3-) No entender da Comissão de Constituição, Justiça e Redação, o projeto é legal e não ofende a Constituição Federal, nem a Lei Orgânica do Município. Por isso, somos de parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de Lei em questão.





## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME


ESTADO DE SÃO PAULO


C.M.LEME	
Pr	Fis
06/13	14
mg	


4-) Por seu turno, sob o aspecto do interesse público e da conveniência, não há qualquer óbice a ser colocado, razões porque a Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade emite o parecer **FAVORÁVEL** ao projeto de lei em questão.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em 05 de fevereiro de 2013.


### Comissão de Constituição Justiça e Redação

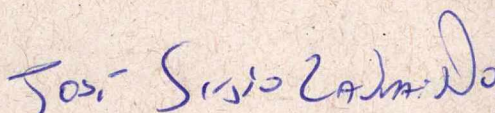
  
Gilson Henrique Lani  
Vice-Presidente

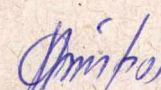
  
Eduardo Leme da Silva  
Presidente

  
Ailton de Campos  
Secretário

### Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade

  
Francisco Ferreira da Silva  
Presidente

  
José Sergio Zachariotto  
Vice-Presidente

  
Ailton de Campos  
Secretário





**CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME**  
ESTADO DE SÃO PAULO

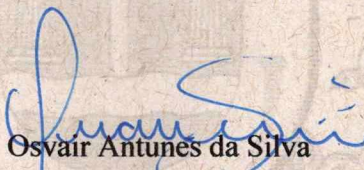
C.M. LEME	
Pr 06/13	Fis 15
mg	

**A Ordem do Dia**

05/2/2013  
**PRESIDENTE**

POR MANIFESTAÇÃO DO VER. GILSON H. LANI, APROVADO POR UNANIMIDADE, ABRA-SE VISTA PELO PRAZO REGIMENTAL AO PROJETO DE LEI Nº 02/13.

Em, 05 de fevereiro de 2013.

  
Osvald Antunes da Silva  
Presidente Interino

**VISTA**

Em 06 de fevereiro de 20 13

Com vista ao vereador gilson

Henrique Lani

Funcionário mg



## JUNTADA

Em 13 de fevereiro de 2013

Faço juntada a estes autos da emenda

supressiva nº 01 e da emenda

substitutiva nº 02.

Funcionário mg





## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot. N. 234	L. N.º 31	Fis. 190
Recebido em 13/02/2013		
mg		
FUNCIONARIO		

PROJETO DE LEI N.º 02/2013

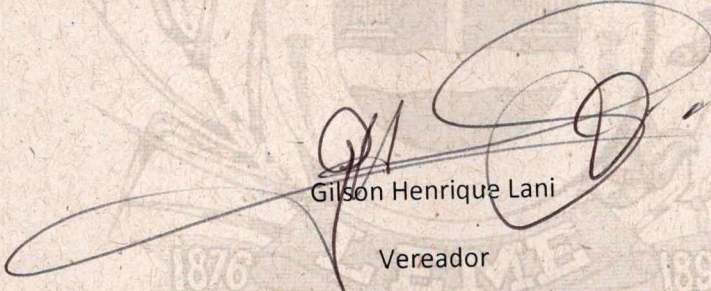
EMENTA: Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme.

C.M. LEME	
Pr 0643	Fis 16
mg	

### Emenda supressiva n.º 01

Suprima-se o inciso III do artigo 3º do referido Projeto.

Leme, 13 de fevereiro de 2013

  
Gilson Henrique Lani

Vereador





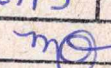
## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME		
Prot.N. 235	L.N.º 31	Fis. 190
Recebido em 13/02/2013		
		
FUNCIONÁRIO		

PROJETO DE LEI N.º 02/2013

EMENTA: Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme.

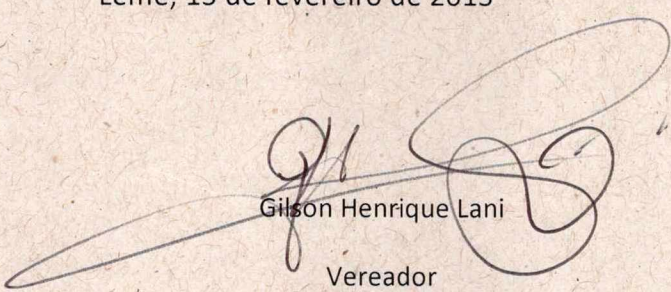
C.M. LEME	
Pr 06113	Fis 17
	

### Emenda substitutiva n.º 02

Substitua-se o inciso II do artigo 3º do referido Projeto, pelo abaixo descrito:

“II- com 80% (oitenta por cento) de desconto sobre os juros e multas, quando tratar-se de pagamento em até 06 (seis) parcelas fixas e mensais, vencendo-se a primeira no ato da concessão.”

Leme, 13 de fevereiro de 2013

  
Gilson Henrique Lani

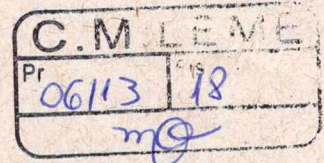
Vereador





# CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO



A Ordem do Dia

13/02/2013

PRESIDENTE

A requerimento do vereador Fábio Roberto Bueno de Oliveira,  
aprovado pelo plenário, concede-se vista pelo prazo regimental.

Em 13 de fevereiro de 2013.

Osvair Antunes da Silva

Presidente

**VISTA**

Em 14 de fevereiro de 20 13

Com vista ao vereador Fábio

Roberto Bueno de Oliveira

Funcionário mg





## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
Pr 06/13	Fis 19
mg	

A Ordem do Dia

25 / 2 / 2013

PRESIDENTE

TENDO O AUTOR RETIRADAS AS EMENDAS SUPRESSIVA Nº 01 E SUBSTITUTIVA Nº 02, FOI O PROJETO DE LEI Nº 02/13, APROVADO POR UNANIMIDADE EM 1ª E 2ª VOTAÇÃO, COM O ACATAMENTO DA EMENDA SUBSTITUTIVA Nº 01.

Em, 25 de fevereiro de 2013.

  
Osvald Antunes da Silva

Presidente Interino





# CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

## REDAÇÃO FINAL

### Projeto de Lei nº 02/13

Institui o Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débito para com a Fazenda Pública do Município de Leme.

O Prefeito do Município de Leme, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Artigo 1º** - Fica instituído o "Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme", em conformidade com o disposto nesta lei.

**Artigo 2º** - Os débitos fiscais de qualquer natureza, exceto as multas administrativas (AIM), inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou não, parcelados ou não, cujos lançamentos tenham ocorrido até o dia 31 de dezembro de 2012 poderão ser objeto do referido Programa.

**Parágrafo Único:** O Programa Temporário de Pagamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública do Município de Leme será administrado pela Secretaria Municipal de Finanças e ouvido a Procuradoria Jurídica do Município, sempre que necessário.

**Artigo 3º** - O ingresso no Parcelamento Incentivado da presente lei dar-se-á por opção do contribuinte ou responsável pelo crédito municipal, consolidados por inscrição no Município, de modo que sobre os mesmos incidirão a atualização monetária para pagamento, conforme abaixo:

I - com 100% (cem por cento) de desconto sobre os juros e multas, quando tratar-se de pagamento à vista;

II - com 70% (setenta por cento) de desconto sobre os juros e multas, quando tratar-se de pagamento em 2 (duas) parcelas fixas e mensais, vencendo-se a primeira no ato da concessão;





## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

III - com 50% (cinquenta por cento) de desconto sobre os juros e multas, quando tratar-se de pagamento em 3 (três) parcelas fixas e mensais, vencendo-se a primeira no ato da concessão.

**Parágrafo Único:** O valor da parcela mensal não poderá ser inferior a R\$ 100,00 (cem reais).

**Artigo 4º** - Para os débitos ajuizados, as custas processuais e os honorários deverão ser pagos integralmente no ato da concessão do parcelamento.

**Artigo 5º** - Na formalização do pedido do ingresso no Programa Temporário de Parcelamento Incentivado de Débitos para com a Fazenda Pública Municipal - PTPI, os débitos tributários nele incluídos condiciona à desistência de eventuais ações ou embargos à execução fiscal, com renúncia ao direito sobre o qual se fundam nos autos judiciais respectivos e da desistência de eventuais impugnações, defesas, recursos apresentados na senda administrativa.

**Artigo 6º** - O contribuinte que tiver sua inclusão no Programa previsto nesta lei concordará com a suspensão do processo de execução, pelo prazo de parcelamento a que se obrigou, obedecendo ao estabelecido no artigo 792 do código de Processo Civil.

**Artigo 7º** - Os depósitos judiciais efetivados em garantia do juízo somente poderão ser levantados pelo autor da demanda para pagamento do débito.

**Artigo 8º** - A inadimplência do pagamento da primeira parcela implica em exclusão imediata do contribuinte ou responsável do Programa, independente de notificação.

**Artigo 9º** - A exclusão do contribuinte do PTPI implicará em imediata exigibilidade da totalidade do crédito confessado e não pago, aplicando-se os acréscimos legais vigentes à época dos respectivos fatos geradores, bem como ao imediato prosseguimento da cobrança administrativa judicial.

**Artigo 10** - O ingresso no PTPI impõe ao contribuinte a aceitação plena e irretratável da dívida relativa aos débitos nele incluídos, com reconhecimento expresso da certeza e liquidez do crédito correspondente, produzindo os efeitos previstos no artigo 174, parágrafo único do Código Tributário Nacional.

**Artigo 11** - O Programa Temporário de Parcelamento Incentivado não configura novação, previsto no artigo 360, inciso I do Código Civil.

**Artigo 12** - A fruição dos benefícios contemplados por esta lei não confere direito à restituição ou compensação de importância paga a qualquer título.





## CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

ESTADO DE SÃO PAULO

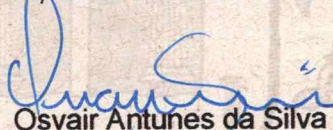
**Artigo 13** - O prazo para adesão ao PTPI - Programa Temporário de Parcelamento Incentivado será de 90 dias, a contar da publicação desta lei, podendo ser prorrogado através de Decreto do Executivo.

**Artigo 14** - O contribuinte que possuir crédito líquido e certo contra o Município poderá, no momento da consolidação dos seus débitos junto ao PTPI, requerer compensação, de forma a permanecer no programa apenas o saldo remanescente, quando houver.

**Parágrafo Único** - O contribuinte que pretender utilizar-se da compensação referida no caput deste artigo deverá apresentar juntamente com o requerimento, a relação dos créditos que possui contra o Município.

**Artigo 15** - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Leme, 26 de fevereiro de 2013.

  
Osvaldo Antunes da Silva  
Presidente Interino